

## Insistir nesta Constituição é um erro político

**João de Deus Pinheiro** defende que *“insistir nesta Constituição, neste momento, é um erro político que suscitaria profunda e acrescida desconfiança dos cidadãos. Os resultados dos referendos francês e holandês evidenciam um claro desfasamento entre as elites políticas e o cidadão anónimo”*.

desenvolvimento na pág. 6



## Não não e não

O Conselho **devia ter adoptado as Perspectivas Financeiras**.

Porque a Presidência luxemburguesa fez um bom trabalho; porque as principais reivindicações nacionais tinham sido satisfeitas (inclusive as portuguesas); e porque depois do **NÃO** nos referendos francês e holandês havia que dar provas da capacidade da União assegurar o seu futuro.

**Mas Tony Blair disse NÃO.** Para uns, o Primeiro-Ministro britânico teve a capacidade de colocar o dedo na ferida e reclamar uma mudança de paradigma na gestão da Europa.

Para outros foi mesquinho na defesa do anacrónico “cheque britânico”.

Nestas curtas linhas não é possível escapelizar as motivações, mas tão só assinalar as consequências.

E estas **foram más para a Europa e más para Portugal**.

As crises despertam a criatividade e são prenes de alternativas e soluções.

Depois de tantos e funestos NÃOs **precisamos mesmo que alguns digam e façam SIM pela Europa**.

Oportunidade para Durão Barroso?

Carlos Coelho

## Combate ao comércio de veículos roubados

Parlamento Europeu aprova Relatório de **Carlos Coelho**

desenvolvimento na pág. 3

## Pacto de Estabilidade e Crescimento

**Silva Peneda** defende que revisão devia ter ido mais longe

desenvolvimento na pág. 6

## Cinematografia europeia

**Vasco Graça Moura** defende preservação e valorização

desenvolvimento na pág. 7



Combate ao terrorismo:

## Carlos Coelho defende abordagem mais eficaz

Carlos Coelho afirmou que “o terrorismo não é um fenómeno novo, mas os trágicos acontecimentos dos últimos anos demonstraram o seu poder destrutivo. **Combatê-lo é um dos maiores desafios com que nos confrontamos no século XXI**”.

O Deputado social democrata recordou que “a União Europeia acordou um conjunto de objectivos estratégicos, que permita manter o equilíbrio entre a segurança colectiva e as liberdades individuais, e que passa por:

- **reforço da prevenção**, estado de preparação e capacidade de resposta da União Europeia.

- **financiamento do terrorismo**. Tem-se verificado um aumento significativo das fontes de financiamento. É importante que se melhore o sistema de alertas relativo ao comércio de bens e prestação de serviços, a fim de assegurar um melhor controlo de todos os movimentos suspeitos, mas sem comprometer a dinâmica normal do mercado.

- **capacidade reforçada no domínio das informações**, que deverá ter em conta as evoluções tecnológicas e que implica a troca de dados e informações pertinentes entre os serviços nacionais sobre quaisquer actos terroristas, incluindo a participação nas actividades de um grupo

terrorista mediante qualquer forma de financiamento. É igualmente imprescindível a melhoria do intercâmbio de informações com a Europol.

- **prevenção e gestão das consequências e da protecção das infraestruturas críticas no âmbito da luta contra o terrorismo**.

O que implica a elaboração de normas de segurança mais elevadas. E solidariedade com qualquer Estado Membro que seja vítima de um ataque terrorista, tendo sido criados uma série de sistemas que permitem assegurar uma acção de solidariedade concreta, coordenada e eficaz, em tais situações”.



Carlos Coelho sublinhou ainda a importantíssima “questão da **solidariedade para com as vítimas do terrorismo**, quando pessoas inocentes são alvo de assassinatos, raptos, torturas, extorsões, chantagens ou ameaças.

São vítimas não só aqueles que perdem a vida ou sofrem na pele esses actos, mas também todos os familiares e amigos e toda a comunidade em geral”.

## Relatório de Sérgio Marques sobre ultraperiferias

Sérgio Marques foi nomeado relator do Parlamento Europeu sobre a Comunicação da Comissão Europeia “**Uma parceria reforçada para as regiões ultraperiféricas**”. Na sequência dessa nomeação elaborou um projecto de relatório que dará lugar ao **mais importante pronunciamento do PE sobre as ultraperiferias**, no decurso do presente mandato (2004-2009).

Sérgio Marques apresentou já o projecto de relatório na Comissão do Desenvolvimento Regional no

Parlamento Europeu .

No relatório, Sérgio Marques pede à Comissão Europeia uma maior ambição na definição e concretização da Estratégia Global de desenvolvimento que propõe para as RUP's centrada em três grandes prioridades: **favorecer a acessibilidade, estimular a competitividade e incentivar a integração** no espaço geográfico próximo.

Sérgio Marques exige mais ambição na mobilização adaptada de todas as políticas comunitárias (agricultura, pescas, concor-

rência e auxílios de Estado, política de empresa, serviços de interesse económico geral, fiscalidade, medidas aduaneiras, ambiente, energia, investigação e desenvolvimento tecnológico, formação profissional, transportes, redes transeuropeias, novas tecnologias da informação e da comunicação, cooperação regional,...) para a concretização das aludidas prioridades.

Sérgio Marques aproveitará o seu relatório para tentar que o PE apoie a sua



O Presidente da Comissão, Durão Barroso, com os Presidentes das Regiões Ultraperiféricas

ideia de que se impõe uma **solução especial para a Madeira e as Canárias** (ambas as regiões deixam de ser consideradas Regiões Objectivo 1 por terem ultrapassado o patamar de elegibilidade àquele Objectivo: PIB per capita inferior a 75% da média comunitária) enquanto Regiões Ultraperiféricas no que concerne ao acesso destas Regiões aos Fundos Estruturais.

## PE aprova Relatório de Carlos Coelho Combate ao comércio de veículos roubados

O Parlamento Europeu aprovou o Relatório do Deputado **Carlos Coelho** sobre o **acesso ao Sistema de Informação Schengen (SIS) por parte dos serviços dos Estados-Membros competentes para a emissão dos certificados de matrículas dos veículos**.

Para Carlos Coelho, com esta aprovação, “estão criadas as condições para que possa finalmente ser adoptado, a breve trecho, o acto jurídico que permitirá a entrada em vigor desta útil medida. Com isso contribuimos para **combater a criminalidade** e para **reforçar a segurança dos nossos cidadãos**”.

Carlos Coelho sublinhou os **números impressionantes** deste tipo de criminalidade, tendo afirmado que “*todos queremos lutar contra o furto e o comércio ilegal de veículos roubados. Trata-se de uma forma de criminalidade que tem vindo a crescer, ultrapassando 1 milhão de veículos roubados por ano, dos quais menos de 40% são recu-*

**perados**.

*Preocupa-nos este problema, acrescentou, não apenas pela sua relevante expressão económica mas sobretudo porque está **relacionado com outras formas de criminalidade, como o tráfico de drogas, armas e seres humanos**. Porque constitui uma actividade bastante lucrativa e sem implicar grandes riscos, tornou-se bastante atractiva para as redes do crime organizado.*

*Torna-se, assim, urgente adoptarmos novas medidas de combate a este tipo de criminalidade. Numa Europa em que se encontram abolidos os controlos nas fronteiras internas é fundamental que exista uma resposta com medidas eficazes ao nível comunitário”.*

O Deputado social democrata sublinhou ainda que “*esta proposta pretende que as autoridades públicas de registo de automóveis tenham o direito de **aceder de forma directa a determinadas categorias de dados que figuram no***

**SIS**. Por sua vez, os serviços privados de registo de automóveis terão apenas o direito de requerer um acesso indirecto, por intermédio de uma autoridade pública com acesso ao SIS.

*Pretende-se, desta maneira, contribuir para **que o SIS seja um instrumento ainda mais importante no âmbito da luta contra a criminalidade**. É necessário controlar de forma mais rápida e eficaz, se o veículo cuja matrícula é solicitada foi roubado, desviado ou extraviado. Melhoramos, também, o funcionamento do mercado interno, reforçando o princípio da livre circulação e consequentemente favorecendo a criação progressiva do Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça, bem como a realização da política comum de transportes.*

*Esse acesso directo permitirá evitar, em tempo útil, que os veículos roubados num país, sejam registados noutro, por vezes em menos de 24 horas, e por conseguinte que sejam legalizados. Há 2 argumentos que justificam esta medida:*

- **eficiência:** estão registados vários milhões de veículos na UE. O acesso directo, permite de forma fácil e rápida controlar o estatuto legal de um veículo.

- **transparência:** actualmente, os diversos Estados Membros têm formas diferentes de controlar, no momento de registo da matrícula do veículo, se este



*foi roubado. Todas essas formas são mais ou menos opacas e complicadas. A solução proposta no âmbito da Convenção de Schengen é mais transparente e oferece mais garantias do que a situação actual”.*

Carlos Coelho destacou ainda a importância de “**continuar a preservar a protecção de dados e a privacidade dos nossos cidadãos**”. Por isso, acrescentou, “*procurei salvaguardar que esse acesso só poderá ser feito em relação a dados relativos aos veículos a motor com cilindrada superior a 50 cc, dados relativos a reboques e caravanas cujo peso em vazio seja superior a 750 kg, aos títulos de registo de propriedade de veículos e às chapas de matrícula de veículos roubados, desviados ou extraviados.*

*Deste modo, o conjunto de dados a que as autoridades competentes para a matrícula dos veículos terão acesso fica claramente definido e **limitado** ao que é **necessário e apropriado**”.*



## Assunção Esteves defende novo estilo Acção Externa da UE

Assunção Esteves defendeu no Plenário do PE que “o desafio de **constitucionalização da Europa passa pela vertente da sua acção externa**, porventura a vertente mais complexa, polémica e fascinante. Pela acção externa, a Europa transporta para o mundo a pedagogia de um novo estilo de governação marcado pela **partilha em acto dos valores democráticos e a afirmação dos direitos humanos**.”

É por isso, acrescentou Assunção Esteves, que o serviço europeu para a acção externa não tem apenas o significado de uma racionalização administrativa e financeira, de uma vontade de organização.

O serviço mostra que a política externa da União Europeia tem agora a marca de um projecto de vida comum, de um modelo de consenso sobre o grande horizonte de humanidade que a Europa desenha para si e para as suas relações com o mundo”.

Para a Deputada social democrata, tudo isto exige, por parte da União Europeia, “uma **acção transversal e concertada** das suas instituições e a radicação democrática das decisões de política externa.

A Constituição emergente mostra que a política externa comum é agora decidida numa base não exclusivamente intergovernamental, que ela é transversal às Instituições Europeias que processam a decisão política e que a intervenção da Comissão, desde logo, desencadeia



ela mesma um nexo de relação com o Parlamento”.

Assunção Esteves defendeu que “uma Europa coerente, dotada de uma visão estratégica claramente definida na linha do **multilateralismo** e de um **novo sistema de direito internacional**, exige uma **adaptação da relação entre as suas Instituições**, a sinergia dos seus actores e o consenso interno permanente.

É este o sentido do novo serviço europeu para a acção externa”.

Assunção Esteves considerou que o serviço de acção externa da União põe assim em relevo as seguintes questões: “qual a sua configuração orgânica? Como vai gerir a sua imensa multidisciplinaridade? Como vai estabelecer as suas cadeias de autoridade? Como vai evitar um campo de tensão eventual entre o Conselho e a Comissão, senão mesmo as tendências de feudalização nas relações entre o Conselho e a Comissão? E, finalmente, como vai definir os nexos de responsabilidade incluindo aqui os nexos de responsabilidade democrática?”

O PSD

## Disse

### Machadada no espírito europeu ...

José Silva Peneda defende que “**diminuir meios financeiros na política de coesão significa dar uma machadada muito forte no espírito europeu**. Ganham os egoísmos e perde a solidariedade. E, sem solidariedade, não pode haver um sentimento de pertença, essência da identidade europeia”.

Silva Peneda, no debate em Plenário sobre as Perspectivas Financeiras 2007-2013, recordou que “a União Europeia assume-se como **uma identidade baseada no sentimento de pertença**. Um sentimento de pertença que resulta de uma vontade livremente assumida por vários que, sendo diferentes, têm em comum um desejo de partilha.

A política de coesão tem sido o instrumento mais forte e que, com

grande sucesso, tem vindo a contribuir para o reforço desse sentimento de pertença.

É por isso que o enfraquecimento da política de coesão contribui, não apenas para o surgimento de dificuldades financeiras, ou para o adiamento de projectos em algumas das regiões da Europa. É muito pior. A ir por esse caminho o sentimento de pertença da União ficará esbatido, será mais ténue e poderá ficar danificado de forma irreversível.

Faz todo o sentido discutir um elemento que, sendo recente, deve ajudar a formatar uma nova política de coesão adaptada a uma nova realidade. Esse elemento novo tem a ver com a necessidade de serem avaliados os **impactos** nas diferentes parcelas do território europeu do fenómeno **da invasão de produtos asiáticos**”.



O Fundo de Coesão tem permitido o financiamento de infraestruturas de transportes

Relações transatlânticas

# Parceria é instrumento útil e indispensável

**João de Deus Pinheiro**, considerou a parceria transatlântica **“um instrumento útil no plano bilateral e indispensável no concerto internacional”**.

No debate de preparação da Cimeira UE/ EUA, João de Deus Pinheiro salientou a importância de dois aspectos: a procura de **“estratégias políticas e operacionais consonantes”** e uma **“acção conjugada das duas (ainda) maiores potências comerciais do Mundo no âmbito do comércio mundial”**.



João de Deus Pinheiro afirmou que **“se no período da guerra-fria o teatro de operações se centrava na Europa e a percepção das ameaças era idêntica de ambos os lados do Atlântico, hoje, após o derrube do muro de Berlim, da implosão da URSS e dos trágicos acontecimentos do 11 de Setembro, a situação alterou-se radicalmente: os teatros de operação dispersaram-se e tornaram-se menos óbvios e a percepção das ameaças é diferente de ambos os lados do Atlântico.”**

Do lado europeu desenvolveu-se progressivamente uma forma de estar que privilegia a via diplo-

*mática, o multilateralismo, as sanções políticas ou comerciais, numa atitude genericamente designada por ‘soft power’.*

*Ao invés, nos Estados Unidos e muito em consequência do 11 de Setembro (considerado como uma declaração de guerra aos EUA), foi-se consolidando a tese de que o uso da força era uma via indispensável à garantia da promoção dos valores da democracia ocidental e até do direito internacional e a tese do ‘com os outros,*

*se possível’, ‘sózinhos se necessário’. Esta inclinação pelo unilateralismo e pela disponibilidade do recurso a meios militares, na gíria designado pelo ‘hard power’ norte-americano, veio a acentuar-se com a guerra do Iraque e com ele o fosso entre a Europa (ou parte dela) e os EUA”.*

João de Deus Pinheiro defendeu que caminhar **“no sentido de fazer convergir**



**o ‘soft’ e o ‘hard power’ é (ou deve ser) um dos objectivos centrais da Cimeira de Washington.** Para tal, acrescentou, há todo um trabalho de base a fazer, já que do entendimento sobre a percepção das ameaças tenderão a nascer estratégias políticas e operacionais consonantes.

*Uma segunda e não menos importante linha de cooperação e diálogo prende-se com a **globalização, o comércio mundial e as condições de sã concorrência.***

*Continuar a assistir ao sistemático ‘dumping’ social e ambiental por parte de terceiros países e à custa do emprego dos europeus (e norte-americanos) não pode continuar. Para tal, impõe-se uma acção conjugada das duas maiores potências comerciais do mundo, antes que seja tarde de mais e começando já no Doha Round”.*

**...o sistemático  
“dumping” social por parte  
de terceiros países  
não pode continuar...**

## BREVES

Silva Peneda  
defende

### Apoio às PME

**José Silva Peneda** apoiou o reforço do Programa-Quadro para a Inovação e a Competitividade que, no âmbito das Perspectivas Financeiras (2007-2013), a União Europeia instituiu com vista ao apoio das empresas, do **espírito empresarial** e, em especial, da **inovação nas Pequenas e Médias Empresas.**

Silva Peneda salientou o facto do Parlamento Europeu ter reforçado o seu apoio para € 91 milhões para 2006, para realizar uma transição entre os programas vigentes que findam em 2005 e este novo Programa-Quadro.

O Deputado social democrata justificou o seu apoio a esta iniciativa **“já que as PME são o elemento-chave da economia europeia e a alavanca incontornável para alcançar os objectivos de Lisboa.**

*Uma União Europeia mais competitiva, em crescimento económico e com criação de emprego passa inevitavelmente pelas capacidades empreendedoras das PME”.*

Silva Peneda defendeu que **“para aproveitar plenamente as suas potencialidades, a UE deve adoptar iniciativas que tornem a actividade empresarial mais atraente.**

## João de Deus Pinheiro sobre o Tratado Constitucional: Insistir é erro político

No debate do Parlamento Europeu sobre os resultados dos referendos em França e na Holanda, João de Deus Pinheiro defendeu que **“as razões invocadas para o ‘não’ são tão diversas e contraditórias que não permitem identificar alternativas ao texto proposto. Não obstante, de nada serve invocar a ‘inadequação’, a ‘dema-gogia’, as ‘falácias’ da argumentação do ‘não’, porque em política, o que parece, é!”**.

João de Deus Pinheiro afirmou que **“nesta óptica, a bola está no campo dos líderes políticos europeus que terão de encontrar respostas mobilizadoras suscetíveis de fazer renascer a esperança na Europa e nas suas instituições. Para tal, sublinhou, terão que ter a coragem de abordar temas difíceis mas que estão no cerne das angústias e dos problemas sentidos pelos cidadãos”**.

Para João de Deus Pinheiro **“o chamado ‘modelo social europeu’ não poderá sobreviver num mundo**

**desregulado ou globalizado selvaticamente em que a prática do ‘dumping’ social e ambiental torna incompetivas as empresas europeias e distorce a concorrência. Impôr regras para combater aqueles ‘dumpings’ a nível da Organização Mundial do Comércio é condição ‘sine qua non’ para estancar o**



**desemprego na Europa, relançar o crescimento económico e estabilizar o comércio mundial”**.

O Deputado social democrata defendeu ainda que é necessário **“rever drasticamente a Agenda de Lisboa, tornando-a menos burocrática e mais amiga do empreendedorismo”**.

João de Deus Pinheiro entende que deve ser pro-

movida a subsidiariedade em todos os sectores e a revisão das práticas entretanto adquiridas por todas as instituições, devendo **sempre serem demonstrados os custos/benefícios** das decisões comunitárias.

Para João de Deus Pinheiro o Conselho Europeu deve **“acertar as perspectivas financeiras para 2007-2013 gerando um quadro estável para o futuro, estipular inequivocamente o ritmo dos alargamentos futuros da União e definir os seus limites, ligar a suspensão do aprofundamento à suspensão do alargamento, reequacionar a parceria com os Estados Unidos e repensar os mandatos negociais no Doha Round”**.

João de Deus Pinheiro sublinhou que **“estamos num momento de verdade em que a retórica deve ser substituída por uma linguagem simples e por medidas ou decisões que respondam com eficácia às preocupações dos cidadãos e relancem a confiança nas instituições europeias”**.

### BREVES

Política de Informação e comunicação

**Carlos Coelho quer que a UE chegue ao cidadão**

Carlos Coelho defendeu que **“uma boa política de informação e comunicação deve melhorar a percepção que o cidadão tem da União Europeia; aumenta a consciência da dimensão europeia da cidadania, mostrando às pessoas as vantagens concretas, na sua vida quotidiana, de pertencer à União”**.

Lamentando **“que a estratégia de informação e comunicação da União tenha ficado muito aquém dos seus objectivos”**, Carlos Coelho sublinhou que, segundo o Eurobarómetro, **“é bastante reduzido o nível de conhecimento do público sobre matérias básicas da UE e que, na participação nas eleições para o Parlamento Europeu se registou o nível mais baixo de sempre, nas últimas eleições”**.

Carlos Coelho apoiou, **“a ideia de se criar um sistema de informação descentralizada, que permita ser a própria informação a ir ao encontro do cidadão. Complementado com uma estratégia inter-institucional que procure reforçar a imagem da UE e intensifique a colaboração entre a Comissão e o Parlamento, de forma a maximizar os recursos humanos e materiais”**.

## PEC devia ter ido mais longe

José Silva Peneda considera que a recente **revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento ficou aquém do expectável**: primeiro, porque **“a reforma só foi necessária porque alguns Estados-Membros decidiram desrespeitar as suas regras. Mais grave ainda, a UE fixou regras que além**

**de não serem aplicadas, deram lugar a um processo de sanção leviano e viciado. Os Estados-Membros preferem suspender a aplicação do PEC que impor sanções a um dos seus pares.**

**Segundo, qualquer sanção deve desempenhar um papel dissuasor e não só meramente punitivo. Aplicar uma multa financeira por incumprimento do PEC**



**a um Estado-Membro com dificuldades orçamentais acaba por ser contraproducente”**.

# Graça Moura apoia cinematografia europeia

Vasco Graça Moura afirmou no Parlamento Europeu que “a **cinematografia dos países membros da União Europeia, como património cultural, histórico e civilizacional que é, deve ser não só, preservada e valorizada por todos os meios, mas também torna-se amplamente disponível para fins de investigação e também de formação e fruição culturais, princípio este que, como é óbvio, se aplica a todas as outras modalidades em que o património cultural europeu se manifesta**”.

Para Vasco Graça Moura “é por políticas e linhas de actuação concreta deste tipo, que envolvem a conservação da memória e a sua manutenção num estado de fecundo e multimodado funcionamento, que se defende a **pluralidade de culturas dos países membros da União Europeia** e a extraordinária riqueza espiritual e material que lhes corresponde.

É também por essa via, acrescentou o Deputado, que pode ser alcançada e estimulada aquela essencial ‘mais valia’ europeia que deve ser característica dos projectos culturais apoiados pelas instituições da União.

A cultura europeia só pode

*afirmar-se perante as culturas de países terceiros por uma potenciação do seu próprio valor, que leve todos os cidadãos que com ela se sentem identificados a cada vez maiores níveis de exigência qualitativa, tanto nas suas criações, como nos seus consumos culturais”.*

Vasco Graça Moura sublinhou que “a Europa não tem de se defender contra produtos com qualidade cultural de outras proveniências. Se tais produtos a têm, espelham a dignidade do espírito humano e a Europa também precisa deles! Mas convém-lhe competir com eles, pelo menos em idênti-



co nível de qualidade.

*E contra os produtos espúrios de que possa ser invadida, é também nisso que está a defesa da Europa, e não em convenções*



*a celebrar nas instâncias do politicamente correcto, ostensivamente proclamadas para protecção da diversidade cultural, mas, na verdade, preparadas para estabelecer barreiras, em nome de interesses mais ou menos corporativos e mais ou menos paroquiais”.*

Vasco Graça Moura exprimiu o seu apoio à proposta de recomendação em debate, muito embora tenha manifestado algumas dúvidas quanto à sua eficácia jurídica, uma vez que, disse, “mesmo dando-lhe esse nome de ‘recomendação’, se está a apontar a uma harmonização que o Tratado exclui”.

**... defender a pluralidade  
de culturas  
dos países membros da  
União Europeia ...**

## BREVES

Silva Peneda  
critica

### Agenda Social da Comissão

**José Silva Peneda** defendeu que “a revisão da estratégia de Lisboa assenta no triângulo competitividade, crescimento e emprego”.

A propósito da **nova Agenda Social** (2006-2010) apresentada pela Comissão Europeia para relançar a componente social da estratégia de Lisboa, Silva Peneda considerou que esta “**ficou aquém das legítimas expectativas**”.

Silva Peneda considerou que a Agenda Social “**não é a resposta mais acertada e proporcional à necessidade de modernização decorrente dos imperativos de crescimento e competitividade**”.

Concretamente, Silva Peneda considera que “a **Agenda Social dá pouca importância às economias locais e às PME** enquanto factores essenciais ao desenvolvimento económico e do emprego, responsáveis por mais de 90% da actividade empresarial europeia.

Por isso, a sensação que fica é de estar perante um **catálogo de boas intenções políticas**. Dito de outra forma, apesar de concordar com o diagnóstico, receio que o tratamento recomendado não seja o mais apropriado”.

Segurança da Comunidade Portuguesa na África do Sul

## Sérgio Marques reúne com Embaixador

**Sérgio Marques**, enquanto Vice-Presidente da Delegação do PE para as Relações com a África do Sul, **encontrou-se com o Embaixador da África do Sul** junto da União Europeia, Jeremy Matjila.



Sérgio Marques aproveitou este encontro para manifestar ao Embaixador Sul-Africano a sua **grande preocupação pela recente onda de assassinatos** que tem atingido a Comunidade Portuguesa, pedindo-lhe que a transmitisse ao seu Governo.

Jeremy Matjila garantiu a Sérgio Marques que o Governo Sul-Africano conta reforçar o diálogo com a Comunidade Portuguesa tendo em vista uma melhor avaliação da situação de insegurança e assim poderem ser definidas, em parceria, novas formas de prevenir e combater a criminalidade violenta.



## PE aprova Relatório de Duarte Freitas

**Duarte Freitas** viu o seu relatório sobre o Programa Internacional de Conservação de Golfinhos aprovado por uma esmagadora maioria de 96% dos votos ( 473 votos a favor, 6 contra e 11 abstenções) em sessão plenária do Parlamento

Europeu.

No fim da votação, Duarte Freitas salientou que *“este resultado permitirá reforçar institucionalmente a intenção da União Europeia em aderir ao Acordo sobre o Programa Internacional de Conservação de Golfinhos (AIDCP), e dessa forma adoptar uma posição efectiva na defesa de uma pesca sustentável na área do Acordo”*

Duarte Freitas lembrou ainda que a decisão adoptada pelo Parlamento Europeu permitirá não só *“salvaguardar a pesca sustentada na região do Acordo, sem prejuízo de golfinhos e outros animais como os tubarões e tartarugas”* como também irá certamente *“lançar para cima da mesa a discussão relativa ao ‘eco-labelling’ e respectivo processo de certificação dos produtos da pesca, sobre o qual o Comissário Joe Borg, responsável pelas Pescas e Assuntos Marítimos, reafirmou durante o debate a intenção da Comissão Europeia de avançar”*.

Com a votação favorável do PE relativamente à proposta de Decisão do Conselho nesta matéria, o processo segue agora para o Conselho de Ministros onde será em última análise decidida a celebração ou não pela Comunidade Europeia do Acordo sobre o Programa Internacional de Conservação dos Golfinhos.

## Os Nossos Deputados

### João de Deus Pinheiro

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

e-mail: JPinheiro@europarl.eu.int

### Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraca@europarl.eu.int

### Maria Assunção Esteves

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: AEsteves@europarl.eu.int

### José Silva Peneda

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail:

JSilvaPeneda@europarl.eu.int

### Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

### Duarte Freitas

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: DFreitas@europarl.eu.int

### Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int



Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho

Redacção: José Luís Fernandes

Sandra Nunes

Imagem: Julio Pisa